



Colapso na saúde

Uma realidade próxima do caos absoluta, se é que já não se chegou a esse ponto. Assim está o atendimento público à saúde, em Guarujá e em Vicente de Carvalho, conforme mostrou o repórter Alésio Venturelli, na edição de ontem de *A Tribuna*. Para se ter uma noção de como as coisas se encontram mal, basta citar que, para fazer uma cirurgia de emergência no Hospital Santo Amaro, os usuários do SUS são obrigados a esperar por até três meses! Percebe-se com clareza, no caso, que a emergência não passa de uma classificação sem a menor importância. Para quê, se a exigência de socorro rápido simplesmente não funciona?

Nos pronto-socorros da Cidade, não é diferente o que acontece. Predomina a

precariedade. Ora, Guarujá, com mais de 300 mil habitantes, não pode mais conviver com esse tipo de problema, em nível tão agudo. Não se deve culpar a prefeita Maria Antonieta (PMDB) pelo atual descalabro, que vem desde antes dela assumir o cargo em janeiro último, mas é imperioso que medidas objetivas sejam adotadas para melhorar o setor.

Os recursos não andam sobrando, todos sabem. Que seja então buscada uma cooperação maior do Estado e da União, tarefa para a qual todos os deputados da região, sem distinção partidária, são convocados a participar. Enfim, um mutirão de esforços tem que ser promovido com urgência, pois a situação de fato já ultrapassou todos os limites toleráveis.



GUARUJÁ

Comdema é contra incineradores de lixo

DA REDAÇÃO

A região não está preparada para receber uma usina de incineração de lixo doméstico. Com essa argumentação, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Guarujá (Comdema) decidiu por unanimidade, na última segunda-feira, se posicionar contra qualquer iniciativa do Governo Estadual de implantar o equipamento na Baixada Santista.

“Seria colocar a carroça à frente do cavalo”, comparou o presidente do órgão e secretário de Meio Ambiente do Município, Élio Lopes dos Santos. “Precisamos, antes, nos organizar, planejar, para não correr o risco de desperdiçar dinheiro público”.

Lopes participou de dois encontros, na Agência Metropolitana da Baixada Santista (Agem) e na Companhia Am-

biental do Estado de São Paulo (Cetesb), onde o tema foi discutido. A proposta é adquirir maquinário de origem alemã para instalar em um dos municípios da região.

INADEQUADO

O presidente do Comdema, que conheceu os incineradores em viagem à Alemanha, há dois anos, diz que o equipamento não é apropriado para as condições locais.

“Lá, a questão do lixo está muito avançada. Somente o que não é previamente separado, como papel, papelão e plástico, é incinerado”, afirmou.

Segundo Lopes, como aqui a reciclagem nunca foi efetivamente adotada, o lixo não é separado. “Fica tudo misturado, lixo orgânico e inorgânico. O incinerador teria de ser alimentado com outra fonte de energia, possivelmente prove-

niente da queima de óleos combustíveis”.

Na opinião do secretário, o que seria adquirido para ser solução, pode criar problemas novos. “A máquina gera resíduos, como cinzas, escória e lamas. Para onde vai isso depois?”.

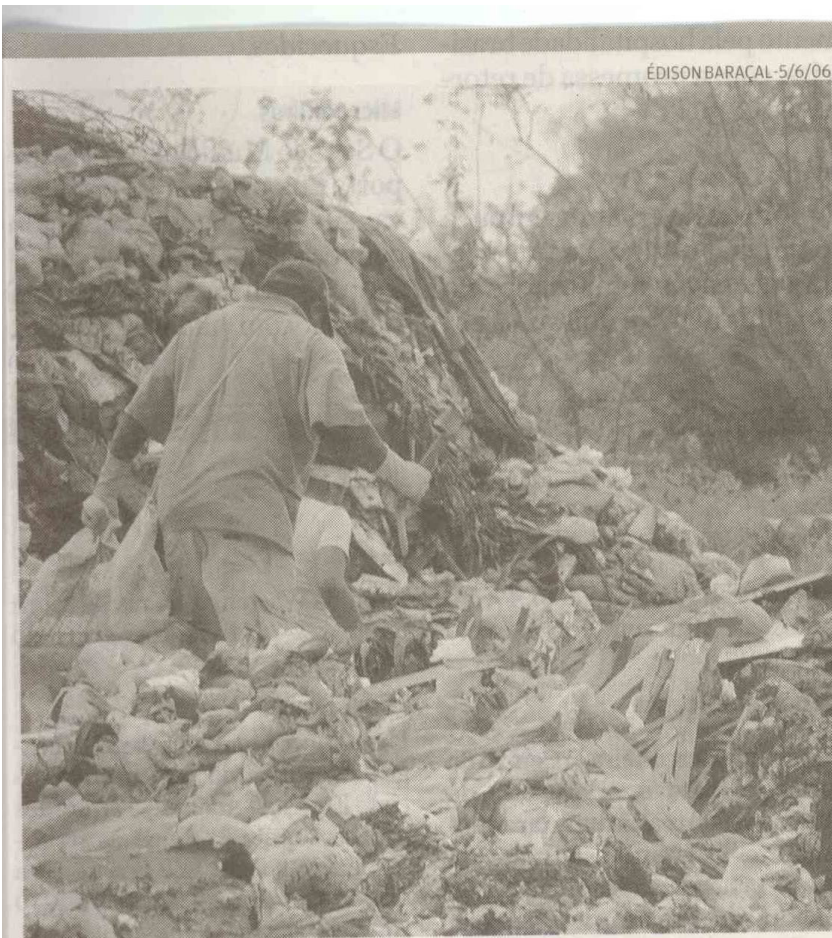
Lopes aponta que, nessa situação, aterros para resíduos perigosos teriam de ser construídos. “Além do custo do incinerador, que é altíssimo, ainda surgiriam outros”.

AUDIÊNCIA

O Comdema deve anunciar em breve a realização de uma audiência pública para debater o assunto.

“É imprescindível que a população participe desse debate, conheça os prós e contras”, defendeu Lopes.

Para o secretário de Meio Ambiente, antes de implantar pro-



ÉDISON BARAÇAL-5/6/06

A falta de reciclagem do lixo é considerada um obstáculo na região

jetos de grande vulto, é necessário analisar o processo atual de coleta de resíduos em cada município. "Creio que devemos trabalhar pela implantação da co-

leta seletiva na região".

A próxima reunião ordinária do Comdema será no dia 7 de dezembro, na Câmara de Guarujá.

ZUMBI Feriado do dia 20 é oficializado

DA REDAÇÃO

Guarujá será a quarta prefeitura da região a adotar o Dia da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro, como feriado municipal. A prefeita Maria Antonieta de Brito sanciona a lei que institui a data no Calendário Oficial da Cidade hoje, às 10h30, no Delphin Hotel.

A data é alusiva à morte de Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo dos Palmares (Alagoas), ocorrida em 1695. O local foi considerado o maior foco de resistência à escravidão no País.

Antes de Guarujá, os municípios de Santos, São Vicente e Peruíbe já haviam instituído a data – criada pela Lei Federal 10.639, de 2003.



INFORME PUBLICITÁRIO

Há alguns dias, a imprensa local tem veiculado notícias sobre a suposta determinação do STJ para que a VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S/A devolva aos cofres municipais a quantia de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais). Diante disso, a Prefeitura do Guarujá declarou ao jornal A Tribuna de Santos, em 29 de outubro de 2009, que poderia realizar o abatimento deste valor das próximas parcelas do acordo judicial firmado recentemente com a empresa.

Em relação ao cenário exposto acima, a VITAL esclarece que:

1. É equivocada a informação de que o STJ determinou a devolução de qualquer valor pela VITAL à Prefeitura de Guarujá;
2. A determinação do STJ apenas manteve uma decisão liminar já proferida pelo juízo da 2ª Vara Cível do Guarujá em fev/2007, que determinou que parte dos valores devidos pela Prefeitura à VITAL (Contrato Administrativo 134/06, findo em mai/2007) permanecesse retido nos cofres municipais, à espera de julgamento final pelo poder judiciário;
3. Os valores estão retidos nas medições nº 002 (dez/2006), 003 (jan/2007), 004 (fev/2007), 005 (mar/2007) e 006 (abr/2007), referentes ao Contrato Administrativo nº 134/2006;
4. Como os valores em discussão estão retidos nos próprios cofres municipais, é descabido afirmar que a VITAL deve restituir algo que nunca lhe foi pago. Diante disso, também não existe a hipótese de se fazer qualquer abatimento das parcelas do acordo judicial recentemente firmado entre a Prefeitura e a empresa;
5. Toda a documentação que comprova o exposto acima já foi encaminhada à Secretaria de Assuntos Jurídicos da Prefeitura, desde o dia 29 de outubro.

A VITAL espera e confia que a Prefeitura de Guarujá manterá a sua postura de boa-fé e lealdade até agora demonstrada no integral cumprimento do acordo firmado entre as partes.



ARRENDAMENTO. Segundo diretor da Cargill Agrícola, as operações da multinacional no País dependem da instalação portuária

Para garantir terminal, Cargill e LDC oferecem R\$ 288 milhões



DIOGO CAIXOTE

DA REDAÇÃO

A multinacional Cargill Agrícola quer garantir o futuro de suas operações no Porto de Santos e já projeta recordes, caso retome a administração do Terminal para Granéis Sólidos da Margem Esquerda (Tegran). A empresa planeja embarcar 4 milhões de toneladas de grãos na instalação já no primeiro ano da concessão, volume 33% maior do que a movimentação mínima anual exigida pela Codesp só a partir do 15º ano de arrendamento.

Para alcançar essas metas, a Cargill – através de um consórcio com a Louis Dreyfus Company (LDC) – ofereceu R\$ 221 milhões pela exploração da área. Foi a maior proposta apre-

sentada entre as concorrentes pela unidade, na abertura dos envelopes da licitação, realizada ontem, na Codesp. Além do valor pela oportunidade de negócio, a eventual arrendatária terá de pagar R\$ 67,6 milhões à Codesp, pela outorga da área.

Se o consórcio Cargill-LDC for o escolhido, o valor total chegará a R\$ 288,6 milhões.

A alta oferta teve o objetivo de garantir o retorno da multinacional agrícola ao Tegran. A companhia construiu e administrou a unidade por 23 anos, até o final do ano passado, quando a concessão expirou. O terminal tem 48 mil metros quadrados e um píer privativo de atracação.

Segundo o diretor da Cargill, José Luiz Glaser, a empresa “não tinha condições de ficar



ujá, entre a Favela de Conceiçãozinha e a instalação do Teag, que opera a unidade até a conclusão de seu processo de licitação



As ofertas

Participantes	Valor pela oportunidade de negócio R\$/milhões	Valor total da oferta R\$/milhões
Consórcio Cargill-LDC	221	288,6
Volcafé	98,31	165,91
Wilson, Sons Logística	65	132,6
Noble Brasil	63,8	131,4

Observação: O valor total da oferta é a soma das quantias pagas pela oportunidade de negócio e pela outorga

Fonte: Codesp

neladas no segundo ano. Nos primeiros 12 meses de atividade, não haverá exigência mínima de movimentação.

Conforme as projeções feitas pela Codesp no edital, a operação estimada pela multinacional seria 33% maior do que do 15º ao 25º anos do arrendamento, quando os embarques na área terão de atingir 3 milhões de toneladas anuais.

UNIFICAÇÃO

Uma das condições do edital de licitação do Tegrán é que a instalação seja segregada do Terminal de Exportação de Açúcar do Guarujá (Teag), seu vizinho e com quem durante anos operou conjuntamente. Hoje, as duas unidades são administradas pelo Teag, que assumiu a antiga área da Cargill até que a concorrência pública seja concluída.

Caso seja confirmado como o futuro arrendatário do Tegrán, o consórcio irá avaliar com a Codesp a possibilidade de reunificar as áreas. "Há o interesse de juntar, mas temos que estudar as condições do edital", concluiu Glaser.

sem um terminal no Porto de Santos e, por isso, tinha que ser ousada na proposta". Ele contou, inclusive, que a cadeia logística da companhia no Brasil depende do cais santista. "Temos fábricas, fazendas, zonas produtoras que precisam de um lugar para escoar. Sem o terminal, a Cargill não existe no Brasil", disse o diretor.

A proposta do consórcio foi disparadamente maior do que a das outras três concorrentes no certame. Pela oportunidade de negócio, a suíça Volcafé ofereceu R\$ 98,31 milhões, a segunda melhor oferta. A Wilson, Sons Logística e a Noble Brasil ofertaram R\$ 65 milhões e R\$ 63,8

milhões, respectivamente.

O valor oferecido pela Cargill e pela LDC foi motivado pelo temor das empresas em relação à entrada de *players* internacionais na disputa pelo Tegrán. "A nossa preocupação seria com algo que não pudéssemos contar, como o interesse de fundos estrangeiros", admitiu Glaser.

MOVIMENTAÇÃO

Embora ainda não tenha sido declarada a vencedora da licitação – falta a análise do projeto e dos documentos da empresa –, como parte do consórcio, a Cargill planeja bater o recorde de



Faça seu comentário sobre esta matéria em A TRIBUNA.com.br

movimentação do terminal já no primeiro ano da nova concessão. A empresa quer operar 4 milhões de toneladas no próximo ano. A maior marca foi em 2007, quando 3,8 milhões foram embarcadas.

O volume projetado pela companhia para o primeiro ano do arrendamento é 220% maior do que a previsão inicial da Codesp – 1,25 milhão de to-



Licitação deve ser concluída este ano

■ A escolha da futura arrendatária do Terminal para Granéis Sólidos e Vegetais, na Margem Esquerda (Guarujá) do Porto de Santos, deverá ser concluída até o final deste ano. A expectativa é do diretor de Desenvolvimento Comercial da Codesp, Carlos Kopittke.

Ontem, foram apresentadas as propostas de valor pela oportunidade de negócios do terminal. A partir de agora, a comissão de licitação da Autoridade Portuária irá analisar os envelopes com o projeto de segregação da instalação e com a habilitação das concorrentes.

Tudo isso, segundo Kopittke, será finalizado “rapidamente, até o final deste ano”. Ele contou que essa agilidade será possível graças às mudanças no sistema licitatório, que permitiram que só os envelopes da candidata que oferece o maior valor sejam apreciados. Somente na hipótese da melhor oferta conter irregularidades, as demais serão avaliadas.

O diretor afirmou que os valores oferecidos pelas candidatas surpreenderam, embora a estatal esperasse uma disputa apertada.

Terminal de Veículos

A eventual escolha da multinacional Cargill, para administrar o Terminal para Granéis Sólidos e Vegetais do Porto de Santos, marcará a segunda vitória de uma empresa que explorou temporariamente uma instalação portuária e conseguiu se tornar sua concessionária, depois de fazer um lance muito superior ao das demais concorrentes. O primeiro caso,

e que também foi a primeira licitação do Governo Lula no Porto, ocorreu com o Terminal de Exportação de Veículos (TEV). Enquanto sua concorrência era preparada, ele foi administrado pela Santos-Brasil. Através de sua subsidiária Union Armazenagem e Operações Portuárias, a empresa conseguiu a unidade ao oferecer à Codesp um ágio de R\$ 114,3 milhões.

da. “Quem não quer um terminal no Porto de Santos, com 15 metros de profundidade, com berço dedicado e acessos rodoviário e ferroviário? Por isso, esperamos propostas altas mesmo”.

Sobre a liminar obtida pelo Teag para continuar na área em disputa, o diretor a rechaçou. “Para nós, era inócua porque a Codesp nunca impediu o Teag de trabalhar”.





TRANSPORTE. Reinício das viagens entre as duas localidades, que foram desativadas há 13 anos, recomeçam no próximo dia 20

População de Monte Cabrão voltará a contar com linha de ônibus para VC

RENATO SANTANA
DA REDAÇÃO

Depois de 13 anos de reivindicações, os 822 moradores de Monte Cabrão, bairro da área continental de Santos, vão poder contar, a partir do próximo dia 20, com uma linha de ônibus da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU). Essa, pelo menos, foi a promessa feita pelas autoridades à comunidade.

Com 15 viagens diárias, a linha deve operar entre Monte Cabrão e Vicente de Carvalho, em Guarujá. O veículo utilizado será um microônibus, mas o preço da passagem ainda não foi definido. A Prefeitura de Santos ficou com a responsabilidade de, até o início das viagens, recapear as vias de acesso ao bairro, que estão esburacadas. E, também, providenciar um contorno para o veículo, pois as ruas do local não possuem escape.

O anúncio da iniciativa está sendo comemorada pelos moradores. A última linha de ônibus entre o bairro santista e o Distrito de Vicente de Carvalho foi desativada em 1995. Este ano, a Comissão Especial de Vereadores (CEV), presidida por Benedito Furtado (PSB), fez a primeira audiência pública no dia 1º de setembro.

Participaram das duas audiências representantes da Agência Metropolitana de Desenvolvimento (Agem), EMTU, Departamento de Estradas e Rodagens (DER), Ecovias, Viação Guarujá, Artesp, Sabesp e da Prefeitura de Santos.

MORTES E ESTUPROS

Os estudantes que cursam o Ensino Médio e residem em Monte Cabrão - a escola do bairro só dispõe aos moradores

Audiência

No próximo dia 17, a Comissão Especial de Vereadores (CEV), que cuida da área continental de Santos, e realiza uma audiência pública em Caruara. Saúde, educação e urbanização são os temas serem tratados. Nas audiências de Monte Cabrão, o administrador da área continental, Cláudio Marques Trovão, esteve presente. Para o presidente da CEV, Benedito Furtado (PSB), as questões estão sendo resolvidas "em parceria entre todos os órgãos envolvidos"

condução até o Ensino Fundamental - precisam andar um quilômetro para chegar ao ponto de ônibus. No trajeto, são obrigados a atravessar um trecho da Rodovia Cônego Domênico Rangoni. Para quem trabalha, a situação é a mesma.

Elisabete da Silva Santos, de 16 anos, que cursa o Ensino Fundamental, leva cerca de 20 minutos para chegar à sala de aula. Não vai de ônibus, porque no ano passado o passe escolar da Escola Estadual Diniz Martins, em Vicente de Carvalho, foi cancelado. Todos os dias, sai de casa às 6h20. Quando chove, não vai à unidade.

Ela costuma ir de bicicleta e diz saber os riscos que corre. Mas já está acostumada com essa situação: "Não tem jeito. Se não for assim eu deixo de estudar". A jovem mora com o pai, a madrasta e mais três irmãos à beira do Canal de Bertoga. A casa ainda não tem saneamento básico.

"Moro aqui desde que nasci.



A comunidade do bairro, que ainda não conta com transporte coletivo, enfrenta problemas para se dirigir a outras localidades da região

Tem muita coisa que eu gosto aqui, mas ir de bicicleta para a escola nas minhas condições é horrível". Perto da casa de Elisabete, numa pracinha com coreto e banquinhos, crianças costumam brincar, despreocupadas. Caso a linha de ônibus não seja implementada, elas terão o mesmo destino de Elisabete e outros jovens de Monte Cabrão.

Há relatos de atropelamentos e de estupros, posto que, para cortar caminho, muitas pessoas passam por debaixo da rodovia, com espesso matagal adedeando o trecho.

Bairro tem carências em vários setores

■ A linha de ônibus tem prazo. A resolução de outros problemas ainda não. Revisão da iluminação pública, recapeamento de vias, melhoras dos telefones públicos, mais policiamento e saneamento básico são algumas reivindicações antigas da população de Monte Cabrão, até agora não atendidas. A principal, porém, é a recuperação do prédio da policlínica.

Instalada numa casa que per-

tenceu a antiga Companhia Docas, com cerca de 80 anos de uso, a unidade enfrenta problemas de falta de estrutura.

A questão foi levantada na audiência realizada dia 4. Segundo os moradores, o atendimento é bom, apesar da redução do número de médicos, mas as goteiras e instalações precárias prejudicam o serviço.

O serviço de ambulância é

outra reivindicação, pois os moradores precisam recorrer a unidades de Vicente de Carvalho por ser mais rápido.

O presidente da Sociedade de Melhoramentos de Monte Cabrão, Nívio Gonçalves, afirma que há dois anos pede melhoras na Policlínica. "É o nosso próximo grande desafio. Mesmo assim, estamos lutando para melhorar a vida em todos os aspectos", diz.



ENERGIA ELÉTRICA. A falta de luz começou às 22h15 de ontem. Com os semáforos parados, o trânsito de veículos ficou complicado

Apagão atinge 9 estados e deixa toda a Baixada Santista no breu

VINICIUS HOLANDA
DA REDAÇÃO

Um apagão atingiu pelo menos nove estados brasileiros a partir das 22h15 de ontem. De acordo com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, uma pane causou o desligamento completo da Usina Hidrelétrica de Itaipu. A Baixada Santista inteira também foi afetada.

A causa possível apontada pelo ministro, ainda no final da noite de ontem, foi um temporal no Paraná que provocou um efeito em cascata em outras linhas do Sistema Integrado Nacional. Segundo Lobão, 14 mil megawatts foram desligados.

Ele confirmou que foram afetadas cidades em São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás. O Paraguai também sofreu queda de energia.

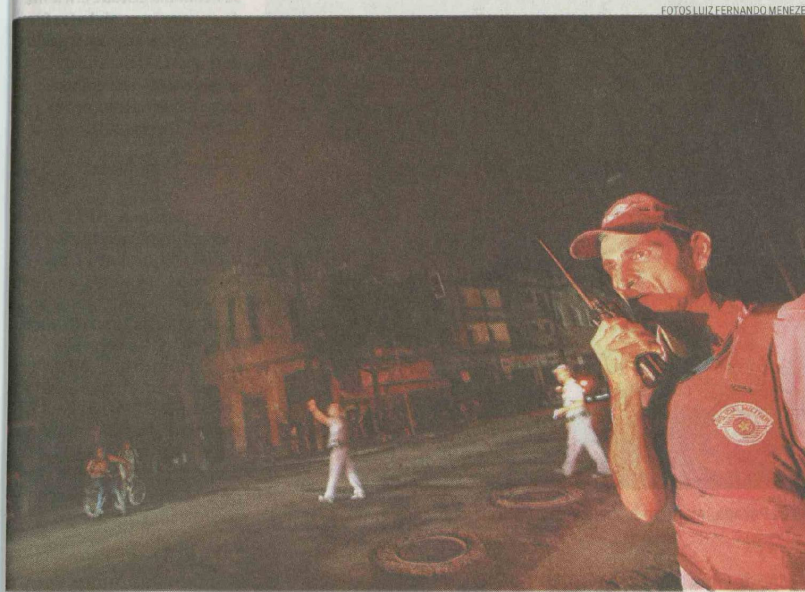
“Questões atmosféricas, tempestades de grande intensidade, podem ter contribuído para desligar a linhas de Itaipu. Por consequência, pelo regime interligado, outras linhas saem de funcionamento”, disse o ministro, em Brasília.

“A prioridade é restabelecer o sistema”, afirmou o ministro. As causas da pane deveriam começar a ser investi-



A Tribuna
Quarta-feira, 11 de Novembro de 2009

Clipping Diário



FOTOS LUIZ FERNANDO MENEZES

Policiais foram convocados para evitar tumultos nas ruas que ficaram às escuras a partir das 22h15

gadas após a retomada total da energia no País.

No final da noite de ontem e no começo da madrugada de hoje, partes isoladas de alguns municípios começaram a recuperar a energia. Isso ocorreu em São Vicente, Cubatão e pontos da Zona Noroeste de Santos.

ÀS ESCURAS

Na terça em que a noite foi mais noite, a partir das 22h15 somente os faróis dos veículos em movimento possibilitavam ver o que se passava nas ruas de Santos.

Com os semáforos desligados, carros e ônibus tentavam se autodisciplinar nos cruzamentos das vias. As ruas do

cais eram a única opção para ir do Centro à Orla enxergando o que acontecia à frente.

O complexo portuário – que possui usina própria de energia, Itatinga – se estende da entrada da Cidade, na Alemea, até a Ponta da Praia, passando por bairros como Valongo, Paquetá, Vila Nova, Macuco e Estuário.

Locais atingidos



Foto: Alencar Moraes

Na Rua Campos Mello, em Santos, um ciclista tentava em vão se guiar com a ajuda de um celular. Em bares e restaurantes clientes usavam velas sobre as mesas.

O blecaute provocou um fenômeno inusitado: mesmo com o horário avançado, era possível ver famílias senta-

das nas calçadas em frente a suas residências, como ocorre em algumas cidades do Interior.

A orla da praia ficou imersa no breu. Quem observava o mar só enxergava, ao longe, as luzes solitárias dos navios.

FABIANA HONORATO COLABOROU

Continua



Os grandes blecautes

>11 de março de 99

Um raio que caiu na subestação da Cesp na região de Bauru, no interior de São Paulo, provocou blecaute nos estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Durou quatro horas e meia

>21 de janeiro de 2002

Novamente, dez estados das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Sul do País ficaram às escuras durante quatro horas. O motivo foi uma pane no sistema elétrico interligado Sudeste/Centro-Oeste

>Previsão errada

Em janeiro do ano passado, o então ministro interino das Minas e Energia, Nelson Hubner (hoje presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica), garantiu que o Brasil não corria o risco de viver novo apagão em 2008 ou 2009



Iluminação da faixa portuária ajudou motoristas a se localizar na escuridão em que mergulhou a Cidade

Usina de Itatinga garante Porto

LEOPOLDO FIGUEIREDO
DA REDAÇÃO

■ O apagão não afetou a maior parte das operações do Porto de Santos. Isso porque o complexo portuário conta com sua própria usina hidrelétrica, a de Itatinga, em Bertioga.

Dos 17 megawatts/hora consumidos pelos terminais da região, 15 megawatts/hora são fornecidos pela usina.

Uma das instalações prejudicadas pelo blecaute foi o Terminal de Contêineres (Tecon), na Margem Esquerda do complexo, em Guarujá, e é administrado pela Santos-Brasil. Suas atividades foram suspensas devido à falta de energia.

Conforme o diretor-geral do Tecon, Washington Flores, somente uma pequena parte da

eletricidade consumida no terminal é fornecida pela Codesp, através de Itatinga. A maior parcela vem de concessionárias que abastecem as cidades da região, como a Elektro.

A Capitania dos Portos e a Delegacia de Polícia Marítima da Polícia Federal informaram que as operações do cais na Margem Direita não foram interrompidas. Conforme a Praticagem de Santos (entidade que reúne os práticos, responsáveis por orientar os navios na entrada e saída do Porto), as atracções e partidas de embarcações ocorreram normalmente.

Segundo o presidente da Codesp (estatal que administra o Porto), José Roberto Serra, com Itatinga mantendo as operações, seu único temor era

com a armazenagem de cargas frigorificadas, serviço que depende, em alguns casos, da energia elétrica fornecida às cidades. "Se (a falta de energia) durar muito tempo, elas podem ser afetadas", afirmou o presidente.

Esse risco foi afastado pelo presidente da Localfrio Armazéns Gerais, o principal terminal de cargas frigorificadas do País, José Roberto de Sampaio Campos. Segundo ele, suas câmaras frigoríficas têm condições de conservar as mercadorias nas temperaturas exigidas por até seis horas. "E estamos com novos geradores, que podem manter nossos contêineres por seis horas", explicou o executivo.